TEORIA À PRÁTICA COMUNITÁRIA: O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

Luciana Franke Melchiors [1]
Cristian Henrique Robinson dos Santos [2]
Rafael Mireski da Rosa [3]
Rafael Rodrigo Pimentel Brandão [4]

Instituição: Escola Estadual de Ensino Médio Otávio Caruso Brochado da Rocha

Modalidade: Relato de Pesquisa

Eixo Temático: Direitos Humanos

1 Professora de matemática dos anos finais do ensino fundamental. **e-mail:** luciana-fmelchiors@educar.rs.gov.br

2 Estudante da turma 91, do 9º ano do ensino fundamental anos finais. **e-mail:**cristian-hrdsantos@estudante.rs.gov.br

3 Estudante da turma 91, do 9º ano do ensino fundamental anos finais. **e-mail:** rafael-rosa16@estudante.rs.gov.br

4 Estudante da turma 91, do 9º ano do ensino fundamental anos finais. **e-mail:** rafael-brandao1@estudante.rs.gov.br

1. INTRODUÇÃO

A fome no Brasil configura-se como um problema histórico estrutural que, após períodos de retração, voltou a registrar índices alarmantes no cenário socioeconômico recente. Dados apontam que a insegurança alimentar grave e moderada afeta uma parcela significativa da população nacional, concentrando-se prioritariamente nas áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste. As causas dessa conjuntura perpassam por determinantes macroeconômicos e políticos, destacando-se a severa desigualdade social, a pobreza extrema, as crises sanitárias e financeiras, além de falhas logísticas na distribuição de mantimentos. Como consequência direta, a escassez nutricional compromete drasticamente a saúde física e mental dos indivíduos, resultando em quadros de desnutrição e elevação da mortalidade.

Levantamentos estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) reiteram a gravidade do fenômeno ao evidenciarem os elevados contingentes populacionais que subsistem abaixo da linha da pobreza e em condições de extrema vulnerabilidade. A superação desse panorama exige a articulação entre políticas públicas estruturantes e a mobilização da sociedade civil. Intervenções integradas que combinem a transferência de renda, o fortalecimento da agricultura familiar e a valorização do salário mínimo são apontadas por especialistas como caminhos indispensáveis para a erradicação da miséria. Entre as estratégias governamentais fundamentais, destacam-se a consolidação de programas de proteção social como o Bolsa Família e o Plano Brasil Sem Fome, o fornecimento da alimentação escolar e a implementação de redes comunitárias de assistência, como os restaurantes populares.

Paralelamente às ações do Estado, o terceiro setor, composto por organizações não governamentais (ONGs), associações de bairro e redes de voluntariado, desempenha um papel mitigador emergencial ao canalizar doações e insumos para as famílias em situação de desamparo social. O fenômeno da "fome oculta", caracterizado pelo consumo predominante de produtos ultraprocessados de baixo valor nutricional em detrimento de alimentos frescos, fomenta o surgimento de comorbidades como a obesidade, a desnutrição crônica e doenças cardiovasculares nas periferias urbanas. Diante disso, o combate à insegurança alimentar intersecta-se obrigatoriamente com a urgência de mitigar o desperdício de alimentos na cadeia produtivo-consumidora, transformando a abundância desperdiçada em ferramentas de redistribuição e sustentabilidade.

Nesse cenário, a instituição escolar emerge como um microssistema estratégico de intervenção social e pedagógica. A justificativa para a escolha desse ambiente reside na capacidade da escola de transcender o ensino teórico e atuar como um pólo transformador comunitário. Ao unir a segurança alimentar garantida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a práticas educativas de conscientização contra o desperdício, o ambiente escolar potencializa a formação de hábitos saudáveis e a emancipação social dos discentes e de suas famílias. Frente ao exposto, o objetivo deste trabalho é analisar o papel da escola no combate à insegurança alimentar e ao desperdício de alimentos, investigando de que maneira a transição da teoria pedagógica para a prática comunitária pode gerar impactos efetivos na vulnerabilidade social local.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e de caráter exploratório-descritivo. O trabalho foi desenvolvido em grupo durante o primeiro semestre do ano letivo de 2026, tendo como cenário de estudo a Escola Estadual de Ensino Médio Otávio Caruso Brochado da Rocha. O objetivo central consistiu em investigar o papel da instituição escolar no combate à insegurança alimentar e ao desperdício de alimentos, articulando a teoria pedagógica à prática comunitária.

O delineamento da pesquisa estruturou-se em três etapas interdependentes:

- Pesquisa Bibliográfica: Levantamento e leitura crítica de artigos científicos e documentos de referência para a fundamentação teórica e contextualização do problema.
- Ação de Sensibilização: Desenvolvimento e confecção de cartazes informativos, sob a mediação de professores e em cooperação entre os pares. Essa etapa visou sensibilizar a comunidade escolar sobre a relevância social do combate à fome e ao desperdício.
- Intervenção Prática: Pesquisa, seleção e posterior distribuição de receitas culinárias alternativas, focadas no aproveitamento integral e na reutilização de partes de alimentos que habitualmente são descartadas.

O registro das informações e percepções coletadas ao longo do projeto foi realizado por meio de diários de campo individuais e relatórios digitais compartilhados entre os

componentes do grupo, servindo de base para a posterior análise e apresentação dos resultados obtidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir da intervenção realizada na E.E.E.M. Otávio Caruso Brochado da Rocha demonstraram que a comunidade escolar atua como um polo estratégico para a multiplicação de práticas de combate à insegurança alimentar e ao desperdício de alimentos. A análise das ações executadas pelo grupo revelou impactos tanto no campo da conscientização teórica quanto na aplicação de estratégias de economia doméstica.

A primeira frente de atuação, focada na confecção e exposição dos cartazes informativos, evidenciou a relevância de democratizar o acesso aos dados socioeconômicos. Ao se depararem com os indicadores de vulnerabilidade social do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam que mais de um quarto da população enfrenta algum nível de restrição alimentar, os estudantes demonstraram surpresa e engajamento nos debates em sala de aula. Esse resultado valida a premissa de que o ambiente pedagógico é capaz de romper o silêncio em torno da fome nas periferias urbanas, transformando dados estatísticos em ferramentas de desenvolvimento da empatia social e do pensamento crítico.

No que tange à dimensão prática do projeto, a pesquisa e a posterior distribuição de receitas culinárias alternativas voltadas ao aproveitamento integral dos alimentos consolidaram-se como uma resposta tática viável à problemática do desperdício. A aceitação comunitária dessas receitas baseadas na utilização de cascas, talos e folhas habitualmente descartados evidenciou que a educação alimentar gera reflexos diretos na economia das famílias de baixa renda.

Por fim, o planejamento e a introdução conceitual das hortas escolares serviram para reconectar os discentes aos preceitos da agricultura familiar e do direito à alimentação de qualidade, conforme o Artigo 6º da Constituição Federal. Embora as estruturas estatais falhem frequentemente na garantia prática desse direito social fundamental, as ações de micro intervenção escolar demonstraram que a união entre a mediação docente e o protagonismo juvenil é capaz de gerar respostas imediatas. A transição da teoria à prática comunitária provou, portanto, que a escola não deve ser apenas uma reprodutora de conteúdos acadêmicos, mas sim uma instituição ativa na redução da vulnerabilidade social e na promoção da segurança alimentar em seu entorno local.

4. CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu analisar a complexidade da insegurança alimentar no Brasil, um fenômeno histórico impulsionado por desigualdades socioeconômicas estruturais e não pela escassez de produção agrícola, dado o protagonismo do país no setor de alimentos. A execução deste projeto de pesquisa e intervenção pedagógica na E.E.E.M. Otávio Caruso Brochado da Rocha evidenciou que o ambiente escolar é um espaço estratégico para a promoção da segurança alimentar e da conscientização social. As ações executadas demonstraram que o combate à fome exige a articulação entre o conhecimento teórico e a prática cidadã.

A elaboração de materiais informativos, a introdução das hortas e o levantamento de receitas voltadas ao aproveitamento integral dos alimentos comprovaram que soluções locais e de baixo custo podem mitigar o desperdício e gerar autonomia comunitária. Conclui-se que, embora as políticas públicas estruturantes sejam indispensáveis para assegurar o direito constitucional à alimentação, as iniciativas coletivas e a educação alimentar focada na sustentabilidade desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, consciente e solidária.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Brasil sai do Mapa da Fome da ONU**: conquista histórica reflete políticas públicas eficazes. Gov.br, 28 jul. 2025. Disponível em: www.gov.br. Acesso em: 13 mar. 2026;

G1. **Como acabar com a fome no Brasil**: especialistas apontam caminhos para erradicar a miséria no país. G1, 28 nov. 2023. Disponível em: globo.com. Acesso em: 13 mar. 2026;

O GLOBO. **Combate à fome tem de ser um esforço mundial**. O Globo, 18 ago. 2024. Disponível em: globo.com. Acesso em: 13 mar. 2026;

OLIVEIRA, Carla da Silva *et al*. **Combate à fome no Brasil**: Do Fome Zero ao Brasil sem Fome. Politize!, [2023]. Disponível em: politize.com.br. Acesso em: 23 abr. 2026;

RAMOS, Giovanne. **O mundo precisa zerar desperdício de alimentos para combater fome e mudanças climáticas, diz ONU**. Alma Preta, 29 set. 2025. Disponível em: almapreta.com.br. Acesso em: 13 mar. 2026.